

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 477.248 - SP (2018/0291513-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : ANTÔNIO GONÇALVES MARTINS
AGRAVANTE : VINICIUS GONÇALVES SANTANA
ADVOGADO : SÉRGIO AFONSO MENDES - SP137370
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI N.º 11.343/2006 OU ABSOLVIÇÃO. ANÁLISE DESCABIDA NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. MINORANTE PREVISTA NO § 4.º DO ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. QUANTIDADE DE VARIEDADE DE DROGA. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONFORMIDADE COM A EXARADA PELA SEXTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO RESP N.º 1.773.834, REL. MINISTRA LAURITA VAZ. *BIS IN IDEM* NA DOSIMETRIA. NÃO OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU PARCIALMENTE DO PEDIDO E, NESSA PARTE, DENEGOU A ORDEM DE *HABEAS CORPUS*, QUE SE IMPÕE. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O pedido para que o crime seja desclassificado para o delito de uso de droga (art. 28 da Lei n.º 11.343/2006), ou declarada a absolvição, não pode ser apreciado. O Tribunal de origem – instância final de análise do contexto-fático probatório – consignou elementos concretos para fundamentar que a conduta praticada amolda-se ao delito previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/2006. Concluir de maneira diversa demandaria o revolvimento do conjunto fático probatório, incabível na via eleita.

2. Na hipótese, os Agravantes foram acusados de manter, ilegalmente, em depósito, com propósito de entrega a consumo de terceiros, 71 (setenta e uma) porções de maconha, com 741,61 g (setecentos e quarenta e um gramas e sessenta e um decigramas), 24 (vinte e quatro) porções de *crack*, com 869,38 g (oitocentos e sessenta e nove gramas e trinta e oito decigramas) e 19 (dezenove) porções de cocaína, com 1.942,52 g (um quilo, novecentos e quarenta e dois gramas e cinquenta e dois decigramas). Considerada essa conjuntura, a conclusão da Corte *a quo* de não reconhecer o cometimento de tráfico privilegiado mostra-se em conformidade com a exarada pela Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, na sessão realizada no dia 27/11/2018 (DJe 19/12/2018), ao apreciar o REsp n.º 1.773.834, Rel. Ministra

Superior Tribunal de Justiça

LAURITA VAZ, em que se decidiu que a elevada quantidade de drogas apreendida pode ser perfeitamente sopesada para aferir o grau de envolvimento do acusado com a criminalidade organizada ou de sua dedicação às atividades delituosas.

3. Ao contrário do que alegam os Agravantes, não ocorre *bis in idem* na dosimetria, pois a minorante prevista no art. 33, § 4.º, da Lei de Drogas, não foi afastada unicamente com fundamento na quantidade e diversidade de entorpecentes apreendidos.

4. Manutenção da decisão monocrática que conheceu parcialmente do pedido e, nessa extensão, denegou a ordem de *habeas corpus* que se impõe.

5. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro e Antonio Saldanha Palheiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora